



Encontro Nacional dos
Estudantes de Arquivologia
De 11 a 15 de Julho de 2016



A importância dos arquivos na preservação da documentação de acervos escolares.

Michele Mascarenhas Ferreira,

Graduanda em Arquivologia- UNESP - Marília.

E-mail: micheleferreira814@gmail.com

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano,

Docente do Curso de Arquivologia – UNESP - Marília

E-mail: marciapazin@marilia.unesp.br

Resumo:

A preservação de acervos pedagógicos se faz necessária, pois a partir da reflexão das práticas pedagógicas referentes à cultura escolar, por meio da análise da produção documental da instituição, é possível resgatar a historicidade da organização conforme o controle das atividades baseadas na legislação vigente e das ações administrativas, envolvendo o funcionamento da organização. O estudo dos arquivos escolares pode contribuir com o domínio geral de cultura, pois acervos pedagógicos são conjuntos de documentos tanto de ordem burocrática quanto de ordem pública e social. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é apresentar resultados de reflexões realizadas sobre o uso dos arquivos escolares como fonte de pesquisa social e de ações educativas para instigar o usuário a utilizar o valor informativo do documento como uma forma de representação da memória, de modo que lhe permita explorar as inúmeras finalidades científicas, didáticas, culturais, artísticas, bibliográficas e políticas. Para essa finalidade, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e levantamento documental, além de entrevista realizada no acervo do Centro de Convivência Infantil “Prof Helton Alves Faleiros- CCI” da Unesp – Campus Marília . Concluiu-se que a preservação de documentos que registrem o uso de símbolos e objetos lúdicos mediados pelas atividades culturais possibilita que o arquivo seja utilizado por usuários como um instrumento legal de acesso a informação, contribuindo com a função social de resgate da produção de saberes.

Palavras chave: Preservação de acervos. Arquivos escolares. Políticas de Informação. Memória.

Área Temática III: Sociedade, memória, cultura e Arquivologia.

1. Introdução

O objetivo desta pesquisa foi contextualizar e estabelecer conexões sobre as formas de produção documental dos usuários do Centro de Convivência Infantil Prof. Helton Alves Faleiros CCI da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – Marília, com base no diagnóstico informacional disponibilizado pela seção. Trata-se de um estudo que buscou problematizar sobre o que é um acervo escolar, suas partes e qual sua finalidade. Discutindo os procedimentos das atribuições, atividades e funções, representadas pela produção documental pedagógica no CCI em relação ao serviço oferecido pela instituição e, a partir dos dados coletados, pretendemos identificar as possíveis questões sobre a importância da preservação da documentação pedagógica e do registro de atividades lúdicas, em forma de documento. Para isso, foi elaborado um questionário para conhecer as

principais atribuições, objetivos, acumulação, organização, utilização, disponibilização e armazenamento dos documentos e informações do CCI.

A motivação para o presente estudo surgiu da minha necessidade como estudante do curso de Arquivologia da Unesp de Marília, de acreditar que os arquivos têm função emancipatória de construir uma infinidade de pensamentos, considerando que a partir da manipulação da documentação pode-se recontar a história e refletir sobre os lugares de memória utilizando-se para isso dos instrumentos de pesquisa disponibilizados pela construção do arquivo e do arquivista através do patrimônio documental.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, o levantamento documental e a realização de entrevista com o agente do acervo estudado.

2. Contextualização

A temática de pesquisa sobre o acervo de instituições escolares concretizou-se a partir da década de 1960, na Europa, dando ênfase aos impactos da pesquisa do domínio historiográfico brasileiro nesta área (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005).

O rompimento com a tradição de pesquisa no campo da educação se deu a partir de 1990 com a implementação de novas temáticas que investigavam a instituição escolar como uma organização em desenvolvimento. Por meio das fontes de informação de documentos preservados como planos de ensino, livros didáticos, torna-se possível a preservação da memória da atuação do próprio professor, de como ele tratou determinado assunto, criando a possibilidade da reconstrução do itinerário da criação dos acervos pedagógicos da instituição escolar, além de salvaguardar a memória institucional do ambiente escolar.

Para que seja possível problematizar a relação da preservação de acervos pedagógicos é preciso refletir sobre como os documentos de arquivo propõem experiências pedagógicas e educativas, no lugar da simples monumentalização da documentação, tratados como representantes de um período interessante e longínquo da comunidade escolar. Nesse sentido, é possível que a partir de uma perspectiva histórico-cultural da educação os historiadores, pesquisadores, professores utilizem o documento como fonte de pesquisa para a história da educação na qual os sujeitos da aprendizagem são considerados ativos na instituição escolar.

A pergunta inicial a se fazer é: no que consiste o sentido da preservação documental de arquivos escolares? E quais são as relações tanto sociais quanto cognitivas em relação ao espaço, memória, teoria e prática de técnicas arquivísticas que tentam definir o que é “arquivo” e qual é a importância social e histórica de se produzir, preservar, organizar, conservar e de dar acesso à determinada documentação.

Segundo Bellotto 2004:

O arquivo é a “consciência histórica” da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo. A par da cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular, sem se esquecer do constante reaquecimento de suas relações com seus usuários correntes: os pesquisadores – cidadãos comuns ou historiadores. (BELLOTTO, 2004. p.228).

Os documentos de arquivo são a consciência histórica da administração porque cumprem a tramitação legal ligada às razões pelas quais a entidade foi criada. A permanência destes documentos nas organizações depende da utilização e institucionalização do órgão produtor. Necessitam assim, de avaliação, para que fiquem evidentes os prazos de vigência, tramitação, de modo a cumprir o ciclo vital documental. Estabelecendo critérios para a eliminação e guarda da documentação e atribuindo valor aos documentos administrativos e dividindo-os pelos critérios arquivísticos em relação às três idades dos arquivos - uso corrente (uso funcional do documento como prova), intermediário (documentação administrativa sobre vigência que ainda está tramitando é utilizada pelo órgão produtor) e permanente (o documento tem caráter histórico, social e cultural), será possível identificar quais documentos efetivamente podem ser utilizados como instrumentos culturais e de pesquisa.

A lei brasileira n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, define como documento de arquivo :

Art.2. ° Consideram-se arquivos, para este conjunto de lei os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação e natureza dos documentos.

Entende-se por documentos de arquivo, os documentos “produzidos e/ou acumulados organicamente no decorrer das atividades de uma pessoa, família, instituição pública ou privada” (RONCAGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 2004).

Cabe destacar aqui o conceito de arquivo escolar como “um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou natureza dos documentos” (MEDEIROS citado por BARLETTA, 2005, p.110).

Segundo Barletta (2005), os arquivos escolares são provenientes das atividades administrativas burocráticas da administração pública desses arquivos tendo como função e responsabilidade a preservação dos arquivos administrativos e pedagógicos para a comprovação do direito de pessoas bem como o controle dos fluxos informacionais referente às atividades que compõem o funcionamento da escola. Entre estas atividades podemos destacar o fluxo informacional e controle administrativo referente ao oferecimento de vagas, matrículas, aprovação, reprovação e evasão.

Para além dos arquivos como fonte comprobatória e burocrática, é importante pensar na conceituação de ensino e aprendizagem, a partir do uso de arquivos escolares como uma fonte histórica e cultural que, por meio do registro das atividades pedagógicas e lúdicas, preservadas por meio de fotos, filmagens e portfólio, possibilitam a descrição de experiências e vivências concretas sobre a memória, a história e a realidade interna e externa percebida pelo indivíduo de acordo com sua cultura, sociedade e época.

A construção da história de uma instituição educativa visa, por fim, conferir uma identidade cultural e educacional: uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional. A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexidade crescente, pelo que a triangulação entre a pesquisa histórica, a memória e o arquivo se deverá contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu modelo pedagógico (Magalhães, 1999, p. 72). Mas isto só é possível, se houver acervo disponível para pesquisa.

Por outro lado, a função patrimonial dos documentos busca na atualidade a interação e a utilização do documento como meio de conservação do conhecimento e da informação como forma de preservação de valores intangíveis propiciados pela vida escolar e as relações entre o seu objeto de estudo e o seu “objetivo”, que é a disseminação da informação e o meio de circulação destas informações. O processo que será feito para religar os fatos históricos pesquisados a partir da visão e do contexto proposto pelos

historiadores está ligado ao uso dos documentos de arquivo. Segundo Le Goff (1994, p.545):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Trata-se aqui de estabelecer correlações possíveis entre as percepções sobre o passado que é a interpretação da memória momentânea no presente e de como estas relações afetam o nosso dia a dia. Além da contextualização, o documento pode demonstrar a sincronia e a abstração da experiência como forma de transformação no processo de produção e intermediação da informação, de modo que o indivíduo não a transforme apenas em produto de mercado, mas que usufrua da informação como meio de integralizar todos os indivíduos e todas as suas diversidades universalizando o conhecimento.

Como defende Koyama,

Vivemos o paradoxo de tudo destruir, de tornarmos obsoleto o próprio presente e de, ao mesmo tempo, buscarmos formas de documentar tudo, guardar tudo, preservar tudo, e de nos voltarmos para imagens de um “passado”, de uma “memória” que chega quase até o presente.” (HUYSEN, 2000. apud KOYAMA, 2012 p. 3)

Na atualidade, a revolução tecnológica determina comportamentos de reprodução da comunicação a partir do uso, meio e do suporte que está sendo utilizado para a reconstituição de registro histórico, comportamento em relação à memória. E que a partir da comercialização e midiatização de objetos, eventos e documentos feita a partir dos registros memorialísticos tornam a informação consumida obsoleta, pois a forma de produção e consumo da informação é feita para a comercialização ou seja os lugares de memória não são para durar. O arquivo deve ter o papel de impedir que o excesso de informação circulante em diversos meios impeça a preservação daquilo que é essencial.

É importante estabelecer conexões entre a ausência da produção de sentido na instituição escolar a ser estudada e as dificuldades na concretização da ação pedagógica na apropriação dos conteúdos curriculares, estabelecidos nos registros documentais como uma fonte de conhecimentos e saberes construídos socialmente e culturalmente pelos sujeitos ativos nas relações sociais. Como define Bellotto (2004, p. 232) “é preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir como um elemento costumeiro, constante da programação escolar”. A autora propõe assim, atividades pedagógicas que busquem gerar

sentido no processo de aprendizagem e de produção subjetiva de sentido do ser humano, envolvendo a produção documental nesse processo.

A produção de sentido na aprendizagem não pode ser um retrato de apenas um momento da sala de aula, mas configura-se como sentidos subjetivos que representam uma síntese complexa de diferentes espaços de vida do estudante, no que está implicada a vida dentro e fora da escola. O equívoco da escola, na forma tradicional de sua organização, é não considerar isso e insistir em manter-se longe da vida que acontece fora de seus muros, ao que os alunos espiam de forma muitas vezes passiva, ou mostram-se inconformados ou indisciplinados. O comportamento do aluno deve ser analisado neste mesmo apoio teórico, ou seja, na ideia de que a ação do sujeito não é uma característica ou um traço de sua personalidade, mas representa uma configuração que é gerada a partir da produção de sentidos no seu espaço de vida, da sua subjetividade. (TACCA,2006,p.69)

A mediação do conhecimento estabelecida pelo papel do professor na formação dos sujeitos da aprendizagem se reflete na produção de sentido do que é o conhecimento e da apropriação do espaço escolar como fonte integralizada para o desenvolvimento social a partir de experiências e vivências presentes em toda a formação escolar dos indivíduos sejam estas de dentro ou de fora do ambiente escolar. Sendo o professor responsável por ofertar aos alunos instrumentos que vão além do projeto educacional oferecida pela sociedade capitalista tentando assim, não alienar os alunos, mas oferecer funções e formas de atividade e desenvolvimento humano que vão além do básico do conhecimento que é ler, contar escrever.

O estudo dos arquivos como fonte educativa é fundamental, pois a educação escolar é uma das atividades humanas que mais ocupam espaço na formação e vida dos sujeitos sociais, de tal forma que a produção científica e intelectual do ser humano é formalizada a partir de suas vivências e das inter-relações culturais que refletem na natureza e multiplicidade de um arsenal informacional, testemunhal e que tem como matéria prima o documento como prova. Definindo assim os laços documentais de uma comunidade a partir de sua atuação profissional, acadêmica, administrativa, social ou a partir da história de determinado lugar pelo relato dos fatos demonstrados nos documentos permite que a documentação de arquivo seja considerada como um “elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos”. (PRINCIPE, 1980. *apud* BELLOTTO, 2004 p.240)

A importância de se constituir um arquivo como recurso cultural e educativo na educação escolar é oferecer aos seus alunos recursos para que sejam autônomos a partir da mediação de atividades que contribuam para que o aluno seja capaz de investigar, produzir e organizar o conhecimento a sua volta através do manuseio de documentação seja para

recontar um fato histórico, seja para entender a importância do seu registro de cidadão e de todos os direitos que lhe são ofertados mediante a apresentação de documentos como RG, CPF ou Certidão de nascimento.

3. Arquivo escolar: um diagnóstico de acervo de educação infantil

O diagnóstico apresentado foi realizado no Centro de Convivência Infantil “Professor Helton Alves Faleiros” (CCI). Inaugurado em 15 de dezembro de 1989 na Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP - Campus de Marília, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento da UNESP- CADE. O CCI pode atender até 34 (trinta e quatro) crianças. Ao receber essa denominação homenageou o referido docente que muito trabalhou para sua concretização. A entrevista se deu por meio de uma aplicação de questionário respondida por uma funcionária da equipe do CCI “Profº Helton Alves Faleiros”.

De acordo com a Resolução UNESP 75, de 13/11/2015, os Centros de Convivência Infantil da universidade têm por finalidade:

- O atendimento educacional e de cuidados a criança a partir de três meses até três anos e 11 meses de idade.

As principais atribuições, atividades e objetivos do CCI “Profº Helton Alves Faleiros”:

- Proporcionar as funções indissociáveis da educação infantil: cuidar e educar;
- Constituir-se efetivamente como um espaço educacional, que colabora no campo de estágio, ensino, pesquisa e extensão dentro da universidade;
- Propiciar o desenvolvimento da identidade da criança por meio de aprendizagens significativas e diversificadas.

Os documentos que são produzidos dentro da instituição CCI são ofícios, declarações e comunicados. Os documentos recebidos referem-se a portarias e resoluções. Os suportes informacionais que utilizam são os documentos impressos e digitais. O fluxo da documentação é feito pela tramitação pela seção de comunicações e de avisos por e-mails.



Os documentos que ficam arquivados no CCI são regimentos, regulamentos da unidade, fichas de matrícula de alunos antigos, ofícios que foram expedidos pelo CCI, autorização de pais para que os filhos participem de projetos realizados pelos professores. Os documentos inativos ficam arquivados em um armário onde estão os documentos referentes ao centro, desde a sua fundação em 1989.

O método de arquivamento utilizado não foi informado e as informações são localizadas através de pastas salvas no computador e pelo sistema SIGAD criado pela Unesp. A forma de acondicionamento do conjunto documental do CCI está localizada em um armário onde contém Pastas AZ dos materiais administrativos e pedagógicos desde a criação do CCI. Não há eliminação de documentos. A organização e o armazenamento dos documentos eletrônicos é feita em pastas eletrônicas de acordo com o assunto a que se refere.

Os documentos utilizados para o atendimento ao público externo e interno em cumprimento de suas atividades são:

- A utilização de uma agenda: toda criança possui uma agenda onde são anotadas todas as intercorrências diariamente; os pais também fazem anotações de como a criança passou em casa (facilita a comunicação família - CCI);
- E- mails, bilhetes e comunicados.

Os documentos e as informações solicitadas pelo público externo são:

- Fichas de matrículas e matrículas;
- Relações de vagas disponíveis;

Estas informações são disponibilizadas ao público interno e externo por meio de:

- E-mails, telefone, cartazes que são afixados nos murais das salas de aula e na página do CCI

Os documentos pedagógicos preservados pelo CCI são o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pela educadora responsável pela turma semanalmente. Ela também faz o registro diário dos objetivos atingidos e as dificuldades encontradas no



âmbito do ensino-aprendizagem, além de usarem como registro de atividades as fotos como registro de prova das atividades efetivamente realizadas.

A importância da preservação da documentação pedagógica sobre o registro de atividade é proporcionar à educadora um momento de reflexão sobre a sua atuação; de modo a proporcionar a mudança do seu planejamento caso sinta a necessidade; é um momento de crítica e autocrítica ; tudo isso vai implementar e melhorar a sua atuação como educadora.

Segundo a coordenadora, a importância da reutilização da documentação é registrar o progresso da criança desde o início do ano até o término do seu ciclo no CCI. Posteriormente é montado um portfólio de todas as atividades com fotos e observações da educadora sobre o que foi proposto e realizado. Esse portfólio é feito para cada criança e entregue aos pais bimestralmente. Desta forma, os pais poderão acompanhar o desenvolvimento da criança. Esse progresso fica visível nesse registro.

As atividades lúdicas são registradas através de fotos, filmagens, e através dos seminários onde a educadora registra a participação, o objetivo e como ocorrem as atividades.

4. Conclusão

Faz-se necessário viabilizar a destinação de recursos e políticas públicas que garantam a preservação dos arquivos escolares para que haja a preservação e acesso dos registros das atividades- fim (ensino/aprendizagem) e meio da instituição educacional garantindo a organização dos fluxos informacionais. Isso poderá contribuir para que o corpo social estruture o uso e a função patrimonial contida na documentação em reflexão sobre a ação de criar novos espaços de educação patrimonial.

Segundo Thompson, “como horizonte de pesquisa, busco formas de se criar projetos de educação com o uso de documentos de arquivo que se abram para as dimensões da experiência.”(THOMPSON, 2010. Walter Benjamin ,2007 apud KOYAMA, 2012 p. 15).

A reflexão que podemos extrair desse tema é analisar como a comunicação está sendo estabelecida entre os indivíduos e se há uma maneira de integralizar os indivíduos de



forma que todos possam ter acesso à informação não só no sentido legalista, mas em um âmbito social, onde a produção de conhecimento possa ser acessada tanto na interpretação da memória quanto na recuperação dos fatos.

O que fica evidenciado na análise sobre o resgate da memória escolar institucional do CCI é a construção da identidade escolar por meio da construção de um portfólio feita para cada aluno

Entendemos que o arquivo escolar pode contribuir com essa ação, sendo um polo de recuperação das ações desempenhadas em cada unidade, de modo a fornecer informações que possibilitem a reflexão crítica sobre sua atuação.

Todos os versos escritos, guardados que podem ou não ser disseminados são descritos em um papel. A vida ela vai passar, mas o registro continuará e por meio da investigação e curiosidade humana seremos capazes de confidenciar diversas memórias guardadas em portfólios e ressignificar fatos ou atos que fazem sentido de alguma forma na nossa vida essa é a grande importância de se preservar um arquivo seja ele de qualquer origem.

REFERÊNCIAS

BARLETTA, J. M. Entre arquivos e museus. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas (SP): Autores Associados, n.1, jul./dez. p. 101-122, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 16 de maio 2016.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GATTI JÚNIOR, D. ; PESSANHA, E. C. História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

HUYSSSEN, A. Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia. RJ: Aeroplano, 2000.

KOYAMA, A. C. **Educação patrimonial em arquivos on-line: narrativas em rede e seus tecidos**. RESGATE - vol. XX, Nº 23 - jan./jun. 2012 - Koyama, Adriana Carvalho - p. 7-17.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: HISTÓRIA E MEMÓRIA. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.535-553.

MAGALHÃES J.P. de. 1999. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: J.L. SANFELICE; D. SAVIANI e J.C. LOMBARDI (orgs.), **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**, Campinas, Autores Associados, p. 67-72.

RONCAGLIO, C; SZVARÇA, D. R; BOJANOSKI, S. de. F. Arquivos, gestão de documentos e informação. **Bibli: R.Eletr. Bibl.Ci.Inf.**, Florianópolis, n. esp., 2004. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14709903> >. Acesso em: 17 maio 2016.

TACCA, M. C.V. R. As Relações Sociais na Escola e Desenvolvimento da Subjetividade. In. MALUF. E M. I. (coord.). **Aprendizagem: tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade**. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: ABP, Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2006.